

O NACIONALISMO METODOLÓGICO NO PENSAMENTO SOCIAL LATINOAMERICANO E A ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO COMO POSSIBILIDADE DE SUA SUPERAÇÃO

Pedro Vieira¹

The paradox of methodological nationalism consists thus in that no one admits to be committed to it and yet its presence is allegedly found almost in every corner of the twentieth-century social scientific landscape.
(Daniel Chernilo)

RESUMO

Este texto procura mostrar que o Nacionalismo Metodológico (NM) tem uma longa história também na Economia, na Crítica da Economia Política, tendo sido também assimilado pelo pensamento social latinoamericano, principalmente pela preocupação dos cientistas sociais com a formação do estado e com o desenvolvimento econômico. No caso da Crítica da Economia Política a adesão deveu-se à estratégia de ocupar o estado para daí realizar as mudanças. O artigo apresenta alguns argumentos para sustentar a hipótese de que a Análise dos Sistemas-Mundo tem potencial para superar o NM.

ABSTRACT

This paper shows that Methodological Nationalism (MN) has a long history in Economics, in the Critique of Political Economy, as well as in Latin American social thought, where it became dominant because of the interests of social scientists in state-building and economic development.. In the case of the Critique of Political Economy, the adoption of MN stemmed from the role attributed to the state in the promotion of social transformations. The paper offers arguments to sustain the hypothesis that World-System Analysis has the potential to overcome MN.

I - Introdução

O termo Nacionalismo Metodológico (NM) parece muito apropriado para expressar a orientação metodológica que tende a tomar o estado/economia/sociedade nacional como o espaço relevante para o estudo da mudança social. A primeira vez que vimos a expressão NM foi em um texto de Carlos Aguiar de Medeiros, em que o autor argumenta que embora tenha sido útil para explicar o desenvolvimento econômico da América Latina antes da década de 1980, o Nacionalismo Metodológico, revelou-se inadequado a partir de então. (Medeiros, 2010). Medeiros não chegou a

¹ Doutor em Economia pela UNAM e professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-mundo (www.gpepsm.ufsc.br). E-mail: pavieira60@gmail.com

se estender sobre o NM em si mesmo e nem sobre sua influência sobre o pensamento econômico como um todo. Embora tratando, como veremos mais adiante, com um pouco mais de detalhes o NM, Gore (1996) também não se interessa pela origem e utilização mais ampla do NM e sim por sua utilização nos estudos sobre o desenvolvimento. Decidimos então retomar o objeto de nosso texto de 2007, para discutir com mais detalhes a própria noção de NM, buscando as evidências e motivações de sua presença na evolução do pensamento econômico em geral e nos desenvolvimentismos latino-americano, para então defendermos a tese de que a Economia Política dos Sistemas-Mundo se apresenta como uma promissora alternativa.

Para dar conta destas pretensões, a próxima seção (II) faz uma recuperação da história do conceito. A seção III resgata evidências do Nacionalismo Metodológico (NM) na economia, enquanto a IV seção mostra como as necessidades do Estado Nacional contribuíram para fortalecer o NM. A Seção V procura mostrar as evidências do NM nas ciências sociais latinoamericanas e a seção VI apresenta, brevemente, alguns argumentos para apresentar a Análise dos Sistemas-Mundo como caminho de superação do NM. Por último, as Considerações Finais.

II - Origem e usos da noção de Nacionalismo Metodológico

O termo NM foi cunhado por Herminio Martins em *Time, Theory and Sociology*, artigo escrito em 1974, no qual o autor discute a crise da Sociologia, cuja superação, argumenta, exigiria incorporar o tempo e a história. Ao criticar o suposto da mudança imanente, Martins afirma:

[I]n the last three decades or so the principle of immanent change has largely coincided with a general presumption – supported by a great variety of scholars in the entire spectrum of sociological opinion – that the ‘total’ or ‘inclusive society’, in effect the nation-state, be deemed to be the standard, optimal or even maximal ‘isolate’ for sociological analysis . . . In general, macro-sociological work has largely submitted to national pre-definitions of social realities: a kind of *methodological nationalism* – which does not necessarily go together with political nationalism on the part of the researcher – imposes itself in practice with national community as the terminal unit and boundary condition for the demarcation of problems and phenomena for social science. (Martins, 1974, p.276)

No final da mesma década, Anthony B. Smith, na conclusão de seu livro sobre o nacionalismo no século XX, afirmou que as propostas e planos de desenvolvimento econômico eram elaboradas a partir de um “marco nacionalista que vê as ‘sociedades’ como sendo ‘naturalmente’ determinadas pelas fronteiras e propriedades dos estados-nação” (Smith, 1979, p. 191). A teoria não ficou imune, pois “atualmente, o estudo da ‘sociedade’, praticamente se confunde com a análise dos estados-nação; o princípio do ‘**nacionalismo metodológico**’ opera em todos os níveis na sociologia, política, economia e história...” (Smith, 1979, p. 191, grifos nossos). Merece ser destacado que as concepções nacionalistas se constituem nos fundamentos teóricos desta equiparação, a qual, por sua vez, reforça aquelas concepções. (Smith, 1979, p. 191)

Recentemente, Daniel Chernilo, que tem pesquisado com profundidade o NM, escreveu que apesar de ser “universalmente rejeitado”, o NM “pelo menos supostamente, é igualmente bem difundido nas ciências sociais contemporâneas.” (Chernilo, 2008, pg.3). Apesar desta pervasividade, não são muitos os cientistas sociais que se preocuparam com o tema. Andreas Wimmer e Nina G. Schiller estão entre as excessões, talvez porque o próprio objeto de suas pesquisas – as migrações – seja por natureza, um fenômeno transnacional, embora, Martins (1974) tenha observado em seu artigo que até então não tenha sido considerado como tal pela maioria dos pesquisadores. Esses autores agumentam que a atual (a quarta,² em nossa visão) onda de globalização deu oportunidade de revisar o passado e perceber que, mesmo quando o estado-nação estava em seu auge, a vida moderna sempre foi mais transnacional do que se podia ver através do NM, que eles definem como a postura que, **consciente ou não**, vê “a nação/estado/sociedade/[como]a forma política e social natural do mundo moderno” (Wimmer & Schiller, 2002, pg. 302).

Esta quarta onda de globalização e o concomitante aumento do poder das corporações transnacionais e dos organismos supranacionais *vis-a-vis* os estados nacionais, estimulou o questionamento do NM na história, geografia, sociologia e antropologia. Foi justamente das transformações provocadas pela globalização que partiu Ulrich Beck, talvez o autor que tenha levado mais longe a crítica ao nacionalismo metodológico, fazendo o debate inclusive transbordar dos textos acadêmicos.³ O trecho a seguir expressa o radicalidade de sua crítica :

A ciência zumbi da perspectiva nacional que pensa e pesquisa com as categorias de comércio internacional, diálogo internacional, soberania internacional, comunidades nacionais, o estado-nação (*Staatvolk*) e assim por diante, é a ‘ciência do irreal’ perseguida pela ‘sociologia nacional’. **Assim como a economia baseada na nação (nation-based economics)**, também a sociologia baseada na nação já morreu. Isto se deve à incapacidade de reconhecer – nem falemos de pesquisar – a extensão em que os modos transnacionais de vida, os transmigrantes, as elites globais, as dinâmicas e as organizações supranacionais determinam as relações dentro e entre os depositários do poder nos estados-nação. (Beck, 2005, pg. 23)

Nesta passagem, que tem a clara intenção de um chamamento a uma tomada de posição⁴, podendo, portanto, ser visto como um Manifesto “Cosmopolitano”, Beck considera obsoletas as teorias sociais e decreta a morte da economia e da sociologia, que deveriam ser substituídas pela

²A primeira ocorreu no século XIII e foi estudada por Janet L. Abu-Lughod no livro “Before European Hegemony –The World System A.D. 1250-1350” (Oxford University Press, 1989); a segunda, iniciada pelos portugueses no século XV, deu lugar, já no XVI, ao que se convencionou chamar Os Grandes Descobrimentos e ao nascimento da Economia-Mundo Capitalista; a terceira, no século XIX foi liderada pela Grã-Bretanha, deu lugar ao que Hobsbawm chamou a era do Imperialismo e praticamente incorporou todo o globo terrestre à Economia-Mundo Capitalista.

³ Por exemplo, na entrevista que concedeu ao El Clarín: <http://edant.clarin.com/suplementos/zona/2007/11/11/z-04015.htm>

⁴ “The task of decoding nationalism and its idea of the state can only be adequately de- and reconstructed as a global principle of order of the nineteenth and twentieth century in a post-national context and through a transnational change of perspective.” (Beck, 2005, pg. 41)

Nova Teoria Crítica, a qual, em lugar da perspectiva nacional, adotaria um enfoque cosmopolita.⁵ Dado que a preocupação de Beck (2005) é analisar como a globalização altera as relações de poder, principalmente entre o estado e o capital, ele não aborda o nacionalismo metodológico na economia, o que não quer dizer que nela não operasse o NM, muito pelo contrário.

Como se vê, o surgimento na década de 1970 e seu uso por diversos autores até o presente, indicam que a expressão NM expressa um aspecto concreto das ciências sociais, qual seja de sua tendência a um enfoque nacional. Na próxima seção, procuraremos rastrear as evidências do NM na Economia.

III- O Nacionalismo Metodológico na Economia

Como andiantamos acima, Gore (1996) considera metodologicamente nacionalistas os autores que recorrem basicamente ao que acontece dentro dos países para explicar suas tendências econômicas e sociais e que separam claramente fatores externos e internos, destes últimos sendo o mais importante e decisivo a ação estatal. Embora afirme que o enfoque nacionalista “superdimensiona a influência da política nacional na performance do país”, Gore não estava interessado, pelo menos neste texto, em pesquisar as evidências do NM na Economia, como fizeram outros autores, ainda que de passagem. Vejamos algumas contribuições neste sentido. Para Wimmer & Schiller (2002, pg. 305) “a economia (*economics*) estuda a economias de entidades nacionalmente delimitadas e as relações entre elas através do comércio, do fluxo de capitais e assim por diante.” E mais: desde Smith e List, “a distinção entre economia interna e relações externas se tornou um princípio orientador da evolução da disciplina.” (idem, pg. 305). Keynes e outros célebres economistas do século XX também ficaram presos ao NM porque tomaram com dado da realidade a distinção entre “economia doméstica nacional e economia externa internacional” (Wimmer & Schiller, 2002, pg.305)

Em 2002, a London School of Economics and Political Science organizou um *workshop* sobre o NM, cujo relatório dá conta que Emma Rothschild identificou três manifestações do nacionalismo metodológico na história do pensamento econômico: 1) na preocupação central com a política (*policy*) e desta com os sistemas nacionais, preocupação que já estava em Adam Smith e continuou depois dele; 2) no individualismo metodológico, tanto na versão fraca quanto na forte. Na primeira porque realiza comparações “assumindo a nação e sua economia como sendo praticamente sinônimos” e na segunda porque, como reação ao aparente cosmopolitismo do iluminismo, adotou

⁵ Uma crítica a esta tese pode ser encontrada em Chernilo (2006).

uma ideia antropomorfizada de nação(Rothschild, 2002, pg.4); 3) E nos dias de hoje, “pela dependência de *dados empíricos*, e, portanto, limitada (*constrained*) por quem cria e aplica os sistemas de coleta de dados, que fornecem as evidências para a refutação ou não das teorias econômicas.” (idem)

Com o intuito de avançar na direção apontada por Medeiros (2010), na duas próxima seções procuraremos mostrar que o Estado-nação e o nacionalismo foram as forças mais importantes na adoção, pelas ciências sociais, da economia e a sociedade nacionais, como unidade de análise e ainda, que esta deriva metodológica é reforçada quando os investigadores estão imbuídos de objetivos práticos, como vem ocorrendo no pensamento social latinoamericano, pelo menos desde a CEPAL até nossos dias.

IV – O Estado-nação e as origens do Nacionalismo Metodológico no Pensamento Econômico.

IV.1- Estado, nacionalismo e as práticas econômicas

Embora o Estado e o nacionalismo não sejam criações da Modernidade, esta criou sua própria forma de Estado, o Estado Nacional também chamado de Estado Territorial, que circunscreve ou faz coincidir os limites territoriais da ação do aparelho de poder – o estado – com o espaço ocupado por uma nação, vale dizer, uma comunidade étnico-cultural, que passava a ser também uma unidade política. Dado que, pelo menos desde o século XVI, o estado-nação tem sido a forma política típica da economia-mundo capitalista⁶, interessa ver como esta nova base territorial e política contribuiu de forma sistemática, organizada e permanente para o fortalecimento do ideal nacional, que seria “a crença de que todos os que compartilham uma história e uma cultura comuns devem ser autônomos, unidos e distintos em suas reconhecidas pátrias (*homelands*)”. (Smith, 1979, pg. 2) Por sua vez, o ideal nacional tem suas raízes numa visão segundo a qual o “ser humano é “real” e “naturalmente” dividido em comunidades distintas em termos históricos e culturais, chamadas nações”. (Smith, 1979, pg.2)

Não obstante sua ancestralidade, o ideal nacional “florece melhor nas condições modernas do racionalismo, da burocracia e sistema estatal mundial; ele produz justamente aquelas necessidades de lar (*home*) e identidade para cuja satisfação o nacionalismo foi criado e que ele periodicamente reafirma.” (Smith, idem, pg. 183)

⁶ Baseado em Ruggie (1993), Arrighi (1996, p.80) afirma que o “traço principal e mais característico do moderno sistema de governo foi a diferenciação das coletividades em espaços territoriais fixos e mutuamente excludentes de dominação legítima”.

De fato, os interesses econômicos e políticos das classes dominantes dos estados-nação modernos ditavam a necessidade de unificar todos os habitantes em torno da defesa de seu espaço vital, de sua cultura, de seu território, de seu país, o que deu origem ao nacionalismo moderno⁷, entendido como um programa político destinado a realizar o ideal nacional. (Smith, idem)

Embora originalmente cosmpolita, porque comandava o comércio de longa distância, no fim do XVII, com o mercantilismo, a burguesia começou a aderir ao nacionalismo⁸ (Wallerstein, I, pg. 206), o que só aconteceu depois da criação de estados fortes no sistema-mundo, criação que “foi um pré requisito histórico para a ascensão do nacionalismo, tanto nos Estados fortes quanto na periferia.” (Wallerstein, 1999, pg. 205) Deve ficar claro que o estado-nação é antes de tudo uma entidade política, uma instituição cuja existência depende da capacidade de acumulação poder interno (sobre a população residente na jurisdição política do estado) e externo (sobre os demais estados-nação). Por sua vez, a acumulação de poder sempre dependeu da capacidade organizativa e militar e esta das finanças, cujas fontes podiam ser internas – impostos, taxas e empréstimos – e externas, através da conquista de territórios e povos de quem eram cobrados tributos ou confiscados os bens. Como argumenta Tilly (1996), o grau em que a coerção e o capital contribuíram para a formação dos estados variou no tempo e no espaço.

Em todo caso, à medida que as redes de acumulação se expandiram de modo a abranger todo o globo, elas se tornaram cada vez mais autônomas e dominantes em relação às redes de poder. Como resultado, surgiu uma situação em que, para ter êxito na busca de poder, **os governos têm de ser líderes não apenas nos processos de gestão do Estado e da guerra, mas também nos de acumulação de capital**”, com o que o estado passou a ser um agente econômico decisivo já no século XVI⁹. (Arrighi, 1996, p.88, grifo nosso).

E dado que é precisamente neste período que vai se formando a economia capitalista mundial (Arrighi) e/ou a economia-mundo capitalista (Wallerstein), ser um agente econômico decisivo

⁷ “A homogeneização cultural tende a servir os interesses de grupos-chaves, e as pressões erguem-se para criar identidades culturais- nacionais. Este é particularmente o caso nas áreas favorecidas da economia-mundo, aquela que chamamos Estados do centro” (Wallerstein, 1974a, p. 339).

⁸ Entendido como “a aceitação dos membros do estado como membros de um grupo de status, como cidadãos, com todas as exigências de solidariedade coletiva que isto implica.” (Wallerstein, I, pg. 205) “A idéia de que uma sociedade estar integrada, de que em um Estado deve haver, se possível, uma só raça, uma língua, uma cultura e que todas, ou quase todas as pessoas dentro de suas fronteiras políticas devem ter o direito de determinar o que deve ser feito, tudo isso é novo, é um resultado do pensamento ocidental do século XIX.” (Wolfram Eberhard, *Conquerors and rulers: social forces in medieval China*, 2ª. Ed, rev., Leiden, Brill, 1965, pg. 6, apud Wallerstein, 1999, pg. 206)

⁹ Para Braudel, “a irrupção do Estado no centro da vida econômica não é um acidente nem mesmo uma força intempestiva, como pensou, talvez apressadamente Joseph A. Schumpeter. Quer tenha pretendido ou não, o Estado se converteu no empresário mais importante do século [XVI]” (1992, p. 596). Segundo este mesmo autor, o Estado Nacional cria o mercado nacional e também, em sua defesa, “inventa” políticas econômicas, como é o caso do mercantilismo, o qual, diz ele, “não é mais do que o avanço insistente, egoísta, logo veemente do Estado moderno” (1998, p.484).

significava promover ou dificultar a acumulação de capital, o que traz à tona a questão da relação estado e capitalismo. Apesar de não oferecer uma resposta formal a perguntas do tipo “o estado promoveu ou não o capitalismo¹⁰? Deu-lhe impulso?”, Braudel constatou que “entre o século XV e o século XVIII, ele [o estado] abarca tudo e todos, é uma das forças novas da Europa” (*ibid.*, p. 494), mas não explica tudo, não submete tudo à sua ordem. Vê-se assim porque desde os primeiros passos do moderno sistema-mundo os assuntos econômico-financeiros são questões de Estado, que é uma organização cuja atividade precípua é a política, vale dizer, a acumulação de poder, enquanto as organizações empresariais se dedicam prioritariamente à acumulação de capital.¹¹ Mas na economia-mundo capitalista, o poder de cada estado é proporcional a seu poderio econômico, o que faz com que as atividades produtivas, comerciais e financeiras – que comumente chamamos de economia – sejam consideradas uma questão de estado. Como política estatal conscientemente dirigida para fortalecer a posição econômica, foi no período mercantilista,¹² o qual, grosso modo, se estende pelos séculos XVII e XVIII, que Grã-Bretanha e França adotaram políticas monetárias, de proteção à produção nacional e de expansão do comércio exterior.

IV.2 - O Estado e a Economia Política

Quando os filósofos e pensadores dedicaram-se a refletir sobre as relações entre o Estado e as atividades econômico-financeiras surgiu a Economia Política, ou seja, o estudo das questões econômicas a partir dos interesses do Estado. Não é por outra razão que Adam Smith intitulou sua obra máxima de *A riqueza das Nações* e que o livro de David Ricardo chama-se *Princípios de*

¹⁰ Devemos ter em mente que bem à sua maneira, sem a precisão que os teóricos requerem, Braudel define o capitalismo por oposição às outras duas esferas da vida econômica: a vida material (economia de subsistência?) e economia de mercado ou economia, onde compradores e vendedores conhecem as condições em que ocorrerão as transações. Acima destas duas esferas, no topo – em uma posição privilegiada – do esquema tripartite, está o capitalismo que se diferencia das outras esferas por uma série de características: a) o agente, sua lógica e motivação; b) a escala dos negócios; c) a não fixação a nenhuma atividade específica (indústria, comércio, finanças). Ao contrário, atua o capitalista em qualquer uma delas, simultaneamente ou deslocando-se de uma para outra com agilidade, buscando os maiores lucros; d) a preferência pelo monopólio a despeito da concorrência e por último, f) mas não menos importante, por estar sempre aliado ao estado, até porque “estado e capitalismo são duas forças mais ou menos gêmeas.” (Braudel, 1998b, pg. 392). Para maiores detalhes, ver as introduções dos livros I e II de *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, a conclusão do livro III e os capítulos 3 (A produção ou o capitalismo em casa alheia) e 3 (O Capitalismo em Casa) do Livro II.

¹¹ Não apenas os fins, mas também os meios de cada uma destas organizações são diferentes. O estado recorre normalmente a apelos morais, ideológicos e ao uso da violência, enquanto as empresas, também normalmente, atingem seus objetivos através de transações econômico-financeiras no mercado (Arrighi, 1996). Dizemos normalmente porque tanto o estado quanto as empresas podem fazer uso de quaisquer destes meios. Para a diferenciação entre as duas categorias de organizações ver Arrighi (1996), especialmente o capítulo II.

¹² Sobre o mercantilismo ver, entre outros, Deyon (2004), Wallerstein (1998) e Braudel (1998^a)

Economia Política e Tributação, esta última publicada portanto, na segunda década do século XIX, que foi, por excelência, o século das nações e do nacionalismo.

A Economia Política nasceu e se desenvolveu no contexto de afirmação dos Estados Nacionais, não podendo deixar de estar referida permanentemente a eles. Para Hobsbawm (1990, pg. 38), ao tentar formular uma teoria econômica que se distanciasse do mercantilismo, Smith tomou por base “unidades individuais –firmas ou pessoas - [atuando] em um mercado que não tinha extensão espacial específica” e que no limite seria obrigatoriamente o mercado mundial. Não obstante, esta orientação metodológica não significa que o estado-nação não estivesse no horizonte de Smith e da Economia Política clássica, como reconhece o próprio Hobsbawm ao dizer que “nenhum economista – mesmo da mais extrema convicção liberal – podia negligenciar ou não levar em conta a economia nacional. Apenas eles não gostavam de referir-se a ela, ou não sabiam como fazê-lo.” (idem, pg. 40) No caso de Adam Smith esta dificuldade talvez se devesse a que ele precisava destacar o papel do mercado, mas este para funcionar como determinante das decisões individuais requeria a intervenção do soberano.¹³

Ainda que não explícita, a vinculação das idéias de Smith e Ricardo com os interesses do estado britânico era tão forte, que Georg Friedrich List as considerou completamente inadequadas para aqueles Estados que tinham como objetivo disputar a hegemonia no sistema interestatal mundial. Por isso em oposição à “*Economia cosmpolítica*” (List) britânica, ele desenvolveu um sistema baseado “na exigências das nações” (List, 1983, pg.5) objetivo que ele procurou explicitar no título seu livro, *Sistema Nacional de Economia Política*. (grifo nosso)

Mas não sejamos injustos com a Economia Política. Como argumenta, Wallerstein (2011), durante o século XIX as Ciências Sociais em geral se desenvolveram em estreita vinculação com as necessidades do estado nacional, que elas assumiram como sendo sua unidade e mesmo seu objeto de análise.¹⁴ A sociologia, por exemplo, “pressupõe o domínio estatal do espaço social, o que significava que a visão sociológica era uma resultante da autoridade reguladora do estado-nação. Assim as sociedades eram sociedades estatais e a ordem da sociedade não era mais que a ordem estatal.” (Goig, 2007, pg. 105)

¹³ “...porque a teoria de Smith pressupõe a existência de um soberano que ativa e regulamenta a concorrência entre os capitalistas no interesse geral...” (Arrighi, 2008:175)

¹⁴ Por exemplo, sobre a história e os historiadores, Armitage (2013:1) escreveu o seguinte: “Most of the life-span of the historical profession, in most parts of the world, historians were committed to methodological nationalism. Like most other social scientists, they assumed that self-identifying nations, organized politically into states, were the primary objects of historical study.

No caso da economia, a centralidade do estado nacional aparece também na principal obra de John Maynard Keynes, o livro *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, que veio à luz em 1936, como uma espécie de fundamentação teórica da necessidade da intervenção governamental para combater a instabilidade gerada pelas próprias variáveis endógenas da economia e como consequência estava referido umbilicamente ao estado nacional.

Posteriormente, a síntese neoclássica, que recomendava políticas keynesianas, também adotou como unidade de análise a economia nacional. Tanto é assim, que a macroeconomia estuda primeiro uma economia fechada e depois abre o modelo para incorporar as transações externas. Mais recentemente, observa Gore (1996, pg.81), conquanto admitem que as economias são abertas, as explicações para o desempenho econômico dos países continuam considerando que suas economias, apesar de abertas, não estão em relação umas com as outras.

Se é possível apresentar evidências que sustentam a hipótese de que tanto a Economia Política Clássica quanto a Economia (*Economics*) adotaram a economia nacional como unidade de análise, qual seria, neste debate, a posição da Crítica da Economia Política?

Não parece ser passível de negação o argumento de que Karl Marx não estava interessado em estudar as causas do crescimento, do poder, da riqueza das economias nacionais, ou como dizia Adam Smith, a riqueza do soberano. O que ele queria era descobrir as leis econômicas da *sociedade burguesa*.¹⁵ Em seu constructo teórico-abstrato ele parte do conceito de mercadoria, dando assim o primeiro passo para levar a análise social para além das economias nacionais:

“Ao criar a categoria mercadoria, Marx mostra que ela é produzida num contexto de troca, sendo este um fenómeno essencialmente inter-tribal, inter-comunitário, internacional. Assim, quando coloca a categoria mercadoria como constituinte de um dado sistema económico – neste caso o sistema capitalista – ele está situando este sistema em um contexto mais amplo que as unidades locais, tanto imperial quanto nacional. (dos Santos, 2000, pp.462)

De fato, para Marx (2001, p.177, grifos nossos), “a circulação das mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constituem as condições históricas que dão origem ao capital. **O comércio e o mercado mundiais inauguraram no século XVI a moderna história do capital.**” Assim, o desenvolvimento do modo de produção capitalista é percebido como um processo histórico impossível no espaço puramente nacional.

¹⁵ “Intrinsecamente, a questão que se debate aqui não é o maior ou menor grau de desenvolvimento dos antagonismos sociais oriundos das leis naturais da produção capitalista, **mas estas leis naturais, estas tendências que operam e se impõem com férrea necessidade**” (Marx, 2001, p. 16, grifos nossos).

Mas “Marx não criou”, reconhece dos Santos, “a categoria economia mundial (*world economics*)¹⁶, elaborada muito mais tarde e de maneira brilhante por Fernand Braudel.” (idem, 462) Para sermos exatos, o conceito criado por Braudel (1998, pg. 12) e que abordaremos na seção IV, não foi o de economia mundial e sim de economia-mundo. Já o conceito de economia mundial parece ser um ponto de partida analítico comum aos teóricos marxistas do início do século XX, com destaque para Lênin,¹⁷ Rosa Luxemburgo, Bukarin e Trotsky. Este último, por exemplo, afirmou que a economia mundial deve ser apreendida “não como uma mera adição de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente criada pela divisão do trabalho e pelo mercado mundial que domina todos os mercados nacionais” (Trotsky, 1985, *apud*. Chesnais, 2003, p. 45).

Na próxima seção procuraremos mostrar que o compromisso militante ou melhor a tensão entre a prática política e a elaboração teórica, parecem ter impedido os intelectuais de realizar o salto metodológico proposto por Trotsky.

IV.3 –As interações entre as práticas políticas e as elaborações teóricas.

Nesta seção pretendemos expor as relações entre as formulações abstratas da Crítica da Economia Política e as práticas políticas de seus formuladores. A tese poderia ser assim formulada: O fato de ser o território nacional o espaço por excelência da mobilização política e ser o estado o ponto de convergência das reivindicações, fez com que no processo de formulação teórica dos fundamentos da luta política, ao contrário do que propunha o modelo teórico-abstrato exposto em O Capital, a economia nacional subrepticiamente acabou por se consolidar como a unidade de análise efetiva não só para os seguidores, mas também para os fundadores do comunismo científico.

João Bernardo (2003), um dos autores que tem analisado a contradição entre o Marx militante e o Marx teórico, faz, em *Labirintos do Fascismo*, uma extensa e detalhada análise destas contradições no que toca particularmente às posições políticas adotadas por Marx e Engels durante os anos revolucionários do final da década de 1840, quando se entrecruzavam as revoltas dos trabalhadores, os movimentos nacionalistas e o antagonismo interestatais. Sua conclusão é que “sempre que se referiam aos acontecimentos concretos, nem Marx nem Engels conseguiram

¹⁶ Embora use a expressão *world economics*, pensamos que dos Santos está se referindo à economia enquanto entidade e não como campo de estudo e por isso traduzimos aquela expressão por economia mundial (*world economy*).

¹⁷ “Pero bajo el capitalismo el mercado interior está inevitablemente enlazado con el exterior. Hace ya mucho que el capitalismo ha creado el mercado mundial.” (Lênin, s/d, pg. 220)

desenredar a posição própria da classe trabalhadora da teia de interesses supraclassistas que caracteriza a política internacional” (Bernardo, 2003, pg. 371, grifos nossos). No que diz respeito à Comuna de Paris, ambos “circunscreveram a maior epopéia do seu tempo ao quadro autoritário do Estado e ao âmbito centralizador da nação.” (idem, pg. 377)

Enfim, “na obra de Marx e de Engels é o modelo teórico e abstracto a longo prazo que hoje mantém a validade, pela sua capacidade de prever a dinâmica do capitalismo, assente nos mecanismos da mais-valia relativa. E **as descrições a curto prazo, presas no xadrez das nações e aos interesses políticos imediatos**, foram impiedosamente desaprovadas pelos acontecimentos.” (idem, pg. 369, grifos nossos).

Ou seja, o modelo teórico de Marx (e Engels) tal como exposto em O Capital, parece ter sido de pouca utilidade para fundamentar a prática política concreta, que está sempre referida ao estado nacional.¹⁸

Na conjuntura posterior à revolução de 1848, de intensa organização do operariado, foi criada em 1864 a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), e dentro delas eram particularmente fortes a corrente liderada por Marx e Engels e a liderada por Mikhail Bakunin, que divergiam em muitos aspectos, o principal dos quais talvez fosse a relação da AIT (e da classe trabalhadora) com o Estado. Para Bakunin, os trabalhadores deviam destruir o estado, enquanto a corrente de Marx e Engels, propunha uma transição para o comunismo em dois estágios: primeiro chegar ao poder estatal e a partir daí realizar as mudanças. (Wallerstein, 2011).

Como trata de demonstrar Wallerstein (2011), a estratégia dos dois estágios foi adotada também pela maioria dos movimentos sociais, os quais buscavam se organizar para obter o direito ao voto e pressionar por mudanças nas leis que lhes fossem favoráveis em termos econômicos e de proteção social. Portanto, eram os próprios movimentos sociais, incluindo as organizações dos trabalhadores, que viviam na sua prática, a contradição entre, por um lado, o objetivo de longo prazo, o fim da exploração e da desigualdade, que exigia o fim do sistema capitalista mundial – do qual os estados-nacionais eram um pilar, e por outro, os de curto prazo (melhorias econômicas e cidadania plena), que implicavam a integração nos respectivos estados. Desta contradição, não podiam fugir os militantes, como Marx e Engels, quando se dedicavam a elaborar teóricamente suas

¹⁸ “A contradição entre a política prática de carácter nacionalista e a teoria econômica de carácter supranacional encontrou justificação no próprio modelo teórico, através da diferença entre as funções que Marx atribuiu na estrutura hierarquizada da sociedade às categorias *forças produtivas* e *relações de produção*.” Forças produtivas mais desenvolvidas envolviam também instituições (estados) mais desenvolvidos. Daí (para Marx e Engels), “os interesses geopolíticos dos “povos civilizados” eram legítimos pela pretensão de trazerem rapidamente o socialismo no seu cortejo histórico.” (Bernardo, idem, pg. 382). Bernardo sublinha que na obra dos dois comunistas alemães do século XIX também se encontra outra força transformadora, a das relações sociais, que tem servido de inspiração para as “heterodoxias radicais”.

práticas.¹⁹ No caso da AIT, “à medida que foram aparecendo “questões nacionais”, tornou-se visível que a Internacional não dispunha de uma teoria relativa ao problema das nacionalidades” (Kriegel, 1972, pg. 632, apud Bernardo, idem, pg. 384)

O peso do estado nacional na formulação teórica parece ter alcançado seu ápice com os bolcheviques russos. Ainda que suas idéias políticas tivessem a inspiração revolucionária de Marx e Engels, incluindo o internacionalismo proletário, quando tomaram o poder político os bolcheviques defrontaram-se com a necessidade imperiosa de desenvolver a economia para fortalecer e viabilizar o estado-nação soviético -e sua própria posição à frente deste estado-, que enfrentava forte oposição interna e externa.

Não é necessário detalharmos o contexto em que, a partir de outubro de 1917, quando assumiram o controle do estado russo, os bolcheviques foram abandonando a revolução internacional e assumindo a tese do socialismo em um só país. Analisando este processo, Bernardo (2003, pg. 432) afirma que “imperceptivelmente, passara-se do ideal de que os trabalhadores não têm pátria para o postulado da defesa da pátria do socialismo.”

A tese do socialismo em um só país foi uma expressão ideológica que os condutores da nação proletária encontraram para revestir com uma linguagem marxista as políticas seguidas por todos os governantes no interior do sistema interestatal: 1) responder às demandas dos governados e 2) rechaçar as investidas dos estados rivais. Para tanto deviam adotar políticas econômicas voltadas ao desenvolvimento das forças produtivas e do aparelho de estado, aumentando simultaneamente o poder dos grupos que o controlavam.

O sucesso do Estado Soviético na promoção do desenvolvimento econômico,²⁰ atraiu o interesse das forças políticas nacionalistas e/ou socialistas, que em muitos países se fortaleceram ao apresentar a planificação socialista como o caminho mais curto para o crescimento econômico.²¹ E dado que a planificação, que implica previsão e capacidade de controlar as condições de realização, por definição só pode ocorrer no espaço onde o estado tem ou pretende ter o monopólio do poder, as atividades econômicas realizadas no território nacional passaram a ser esquadrihadas, quantificadas e estimuladas e/ou embotadas e também teorizadas tendo como escopo os limites políticos (as fronteiras) do Estado nacional.

¹⁹ “Como quer que se apresente, toda teoria refere-se sempre a uma prática passada, congelando-a para o futuro.” (Bernardo, 2003, pg. 365)

²⁰ “Enquanto o resto do mundo, ou pelo menos, o capitalismo liberal ocidental, estagnava, a URSS entrava numa industrialização ultra-rápida e maciça sob seus novos Planos Quinquenais” (Hobsbawm, 1995, p. 101).

²¹ “O bolchevismo conseguiu dar um caráter nacional a uma revolução que havia começado por ser internacionalista. De então em diante, nas demais experiências revolucionárias o comunismo nunca deixou de estar ligado ao nacionalismo, enquanto nacional-bolchevismo, numa tensão capaz de atrair para um campo único os dois pólos opostos.” (Bernardo, idem, pg. 448)

No mundo bipolar da guerra fria, a via socialista para o desenvolvimento econômico implicava a adesão ao bloco soviético, o que não podia ser aceito pelos Estados Unidos, a potência hegemônica do sistema capitalista mundial, que passou então a oferecer outra estratégia para o desenvolvimento econômico, criando conceitos, programas e instituições específicas para as áreas que a partir de então passaram a ser consideradas subdesenvolvidas.²² Foi neste contexto, que o desenvolvimento econômico passou a ser a meta de praticamente todos os governante ao redor do mundo.²³ Na América Latina este objetivo deu lugar a uma doutrina político-econômica denominada nacional-desenvolvimentismo, que nas décadas de 1930, 1940 e 1950 inspirou os programas de vários governos (Vargas no Brasil, Perón na Argentina, Cárdenas no México). Mas aqui havia uma particularidade:

Tendo em vista a decisiva importância de sua função enquanto coordenador dos investimentos, elaborador de estratégia e regulador dos conflitos, o sucesso do desenvolvimento é exatamente identificado com o da formação do Estado desenvolvimentista. Como na maioria dos países não existe tal Estado, o desenvolvimento permanece por assim dizer sendo um segredo, o da gênese e evolução deste Estado. (Medeiros, 2010:642)

Falta ainda um terceiro termo na equação: a nação. Desenvolvimento e Estado eram considerados fundamentais para criar a nação, quer dizer, um povo com um passado comum, uma cultura e um futuro comum, bem como um lugar de destaque no concerto das demais nações, superando a herança colonial de uma economia-agro exportadora e, portanto, voltada para fora e não para as necessidades dos povos aqui residentes, cuja esmagadora maioria se apropriava de reduzidas parcelas da riqueza gerada ao longo de toda a história latinoamericana.

Também os intelectuais e cientistas sociais deram sua contribuição neste esforço coletivo e ao fazê-loo processo revigoraram o NM.²⁴ Esta contribuição e revigoramento serão o tema da próxima seção.

V – Evidências do Nacionalismo Metodológico nas ciências sociais latino-americanas

A finalidade claramente normativa das formulações teóricas as vinculou explicita e estreitamente ao Estado, considerada a força capaz de formular, promover – e mesmo realizar diretamente – as políticas destinadas a superar o atraso econômico-social da América Latina. Como vimos antes, a relação entre as necessidades do estado nacional e o pensamento econômico não são

²² Para uma história crítica a este conjunto de idéias, conceitos e instituições, ver, entre outros, Escobar (2007).

²³ A partir de 1959, para diminuir desigualdade de renda entre países, os governos empreenderam diversas ações, das quais a mais importante foi "a busca do desenvolvimento econômico" (Arrighi, 1997, p. 25

tão evidentes nas formulações de Adam Smith e David Ricardo, como passaram a ser no Sistema de Economia Nacional de List, um pensador abertamente preocupado com o fortalecimento do Estado alemão. O nacional desenvolvimentismo latinoamericano estreitou esta relação ainda mais, porque o estado deveria ser o agente protagônico do processo de desenvolvimento, no decorrer do qual o próprio estado se transformaria.

Com as elaborações teóricas da CEPAL encerra-se o que Martins (1967) denominou a fase pré-teórica do nacional-desenvolvimentismo e ao mesmo tempo é reforçado o Nacionalismo Metodológico, embora, como sabemos, a crítica da CEPAL se dirija principalmente às teorias do comércio internacional.

Embora para Medeiros (2010, p.639, *itálicos no original*) “possivelmente a perspectiva crítica mais fértil ao nacionalismo metodológico nos estudos sobre as trajetórias de desenvolvimento continua sendo o que nas formulações originais da Cepal dos anos 1950 se denominava de *marco histórico estrutural*”, pensamos que Raul Prebisch não criticava o NM e sim as pretensões universalistas das teorias econômicas. Nas pegadas de List, Prebisch afirmava em 1949 que “una de las fallas más conspicuas de que adolece la teoría económica general, contemplada desde la periferia, es su falso sentido de universalidad.” (Prebisch, 1949, p.13). Se é certo, como sabemos, que Prebisch busca no comércio internacional e na divisão internacional do trabalho as causas das desvantagens da América Latina frente às nações desenvolvidas, tendo inclusive criado os conceitos de centro e periferia, como pode ter incorrido no NM?

Utilizando a distinção feita por Gore (1996) entre marco explanatório e marco normativo, concluímos que no marco explanatório a CEPAL não adota o NM, mas o faz no marco normativo, porque a promoção do desenvolvimento econômico via industrialização deve ser uma tarefa do Estado, cuja ação incide quase exclusivamente sobre os fatores chamados internos, o que, por sua vez, vai repercutir sobre o método de explanação, que tenderão a enfatizar os mesmo fatores e por esta via privilegiar a economia nacional como unidade de análise. Esta ênfase foi crescente à medida que os economistas da CEPAL passaram a formuladores de políticas, como foi o caso de Celso Furtado no Brasil.

Em Formação Econômica do Brasil, publicado em 1959, Celso Furtado pesquisa no passado brasileiro as causas do subdesenvolvimento, passado que lhe parece estar sendo deixado para trás com a crise cafeeira do início da década de 1930:

É das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de **um sistema econômico autônomo**, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira (Furtado, 1995, p. 38, grifos nossos).

A expressão sistema econômico autônomo indica a filiação de Furtado ao que Gore (1996) e Goig (2007) denomina nacionalismo metodológico, na medida em que, em lugar de um sistema econômico mundial/global, haveria sistemas econômicos autônomos nos Estados que pudessem controlar o dinamismo de suas respectivas economias nacionais. Embora tenha estudado e escrito muito sobre a economia global, Furtado não chegou a transcender completamente a perspectiva da economia nacional, quer dizer, continuou considerando a economia nacional como a unidade elementar de suas análises. Em *Brasil - A construção interrompida*, reproduz trechos de uma conferência por ele proferida em 1983, em que dizia:

o processo de integração dos mercados nacionais –processo que operou como principal motor do forte crescimento do período 1948-73 – **não conduziu propriamente à formação de um sistema econômico global e, sim, a um conjunto de grandes subsistemas, cujas relações mútuas estão longe de ser simétricas** (Furtado, 1992, p. 14, grifos nossos).

Nesta passagem, Furtado ainda não reconhece a existência de um sistema econômico global, embora a referência a grandes subsistemas está a indicar que estes fazem parte de um sistema maior. Em suma, o trecho citado revela uma certa ambiguidade pois se não existe um sistema como podem existir subsistemas? Na linha de raciocínio que estamos desenvolvendo, esta ambiguidade decorre do conflito entre a constatação empírica de uma entidade maior que os estados ou economias nacionais e o compromisso com o nacionalismo metodológico, cuja característica principal é considerar que existem fatores internos e externos que atuam separadamente sobre o desenvolvimento econômico. (Gore, 1996)

Outra influência da CEPAL que reforçou o NM foi a institucionalização nas universidades das idéias cepalinas, através da criação de cursos destinados a desenvolver os conhecimentos teóricos e práticas de planejamento econômico necessários à elaboração e implementação de políticas econômicas desenvolvimentistas. Tal parece ter sido o caso do Departamento de Planejamento Econômico e Social (DEPES), criado em 1967, unidade a partir da qual foi organizada a área das humanidades na UNICAMP. (Pádua, 2011, pg. 69).

Em nível de pós-graduação, o Curso Básico de Planejamento Econômico foi o primeiro e teve início em 1968. Este curso foi “[...] concebido como um *simile*, na Universidade de Campinas, do Curso Intensivo de Planejamento, dado na América Latina pela CEPAL” e que tinha por objetivo introduzir os estudantes nas teorias e técnicas fundamentais do planejamento econômico. (Pádua, *idem*, pg. 70)

Na perspectiva por nós adotada foi a missão prioritariamente normativa do DEPES - preparar quadro para o Estado - que tornou suas formulações convergentes com o NM. O DEPES

deu origem ao Instituto de Economia (IE) da Universidade de Campinas, onde sob a liderança de João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga Belluzo, Maria da Conceição Tavares, foi sendo desenvolvida uma interpretação particular da problemática sócio-econômica brasileira, interpretação que é conhecida como a Escola de Campinas. Uma dos pilares metodológicos desta Escola foi propor que:

a dinâmica e os dilemas do desenvolvimento econômico brasileiro, devido às dimensões atingidas por suas forças produtivas – com a produção doméstica de bens de capital – **resultavam essencialmente de seus determinantes endógenos**. A internacionalização do seu mercado interno tornava endógenas as restrições externas examinadas nos estudos tradicionais da Cepal. (Medeiros, 2010, pg. 640, grifos nossos)

De todo modo, por que a explicação teria passado da ênfase nos fatores externos para os internos? Segundo Medeiros, devido à “ausência, nos estudos pioneiros do desenvolvimento, incluindo aqui a Cepal, de uma análise sobre a moeda e sobre as dimensões financeiras autônomas da fragilidade externa.” (idem, pg.640). Para o mesmo autor, o NM teria sido fortalecido ainda porque as análises foram formuladas numa perspectiva teórica e num momento histórico em que o capital produtivo subordinava as finanças e em que o estado keynesiano tinha grande peso.

Embora essas determinações conjunturais possam ter contribuído, pensamos que devem ser destacados os determinantes que tem contribuído para inocular o NM no pensamento econômico e social latinoamericano, a saber, a aliança com o Estado e a promoção do desenvolvimento nacional.

Talvez a obra deste período que mais perto esteve de superar o NM tenha sido *Dependência e Desenvolvimento: ensaio de interpretação sociológica* de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Nela é questionada a “**crença, comum entre os economistas, de que o desenvolvimento dependeria**, principalmente da capacidade de cada país para tomar decisões de política econômica que a situação requeresse” (Cardoso e Faletto, 1970, pg. 11, grifos nossos).

Parece-nos que Cardoso e Faletto foram os autores que mais se deram conta da existência de um sistema mundial, do qual faziam parte as economias ou sociedades latino-americanas. E foi esta tomada de consciência que os levou a se perguntar se o conceito de dependência não deveria ser substituído pelo de interdependência

Em suma, pudemos constatar que pelo menos desde 1949, ano da publicação do Informe da CEPAL, escrito por Prebisch e intitulado *El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas*, os cientistas sociais latino-americanos haviam percebido claramente que um sistema internacional estava em funcionamento, sistema que era desigual, pois havia um centro e uma periferia. Autores mais próximos do marxismo, como Cardoso de Mello, se referem a um certo capitalismo mundial e outros como Cardoso e Faletto, se referem a um “mercado

mundial”. Entre os autores até aqui citados não foi mencionado Ruy Mauro Marini, que apesar de ter escrito que a “América Latina surge como tal ao incorporar-se [devia dizer ‘ser incorporada’] ao sistema capitalista em formação, quer dizer, quando se deu a expansão mercantilista européia do século XVI” (Marini, 1985, p. 3), como todos os anteriores, não abandonou completamente o NM.

Mais recentemente, um grupo de professores do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRJ criou o Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (EPI), onde atuam, entre outros, José Luis Fiori, Maria da Conceição Tavares e Carlos de Aguiar Medeiros. Constantando que as ciências sociais parecem ter naufragado junto com as expectativas do desenvolvimento econômico e de uma maior igualdade entre as nações, Fiori (1999) propõe ainda que a EPI deveria voltar ao esquema de Polany ou ainda “retomar o fio da discussão interrompida, voltando ao problema originário da economia política clássica – o da riqueza das nações – e retomando o debate histórico sobre a viabilidade e os caminhos do desenvolvimento econômico nacional”. (Fiori, 1999, pg.14). No último parágrafo do texto que temos citado, Medeiros também recomenda que para superar o NM, o estudo da “das trajetórias nacionais de desenvolvimento” deveria contemplar “um necessário diálogo com as questões examinadas na economia política internacional.” (Medeiros, 2010, p.g 644)

Certamente que este importante grupo de pesquisadores tem dado contribuições relevantes, principalmente ao ressaltar as imbricações entre acumulação de capital e os interesses estatais, mas isso por si só não garante a superação do NM, pois a EPI pode muito bem desenvolver-se considerando o estado nacional como unidade de análise. Tal parece ser o caso de Fiori (2004), que ao privilegiar o poder e a guerra como forças determinantes das mudanças no sistema mundial, tem necessariamente que eleger o estado nacional como unidade de análise, pois o poder está concentrado no estado, o qual recorre à guerra para manter ou ampliar seu poder no sistema interestatal.

Além de insuficientes para superar o NM, as sugestões metodológicas de Fiori (1999, 2004) e Medeiros (2010) nos parecem muito atrasadas neste caminho, se temos em mente o grande impulso que esta superação recebeu quando Immanuel Wallerstein percebeu que a única unidade válida para o estudo da mudança social é a economia-mundo. Esta afirmação é corroborada por Theotônio dos Santos: “a Teoria da Dependência²⁵ prosseguia e aperfeiçoava um enfoque global que pretendia compreender a formação e evolução do capitalismo como economia mundial [...] mas

” (Oxford University Press, 1989); a segunda, iniciada pelos portugueses no século XV, deu lugar, já no XVI, ao que se convencionou chamar Os Grandes Descobrimentos e ao nascimento da Economia-Mundo Capitalista; a terceira, no século XIX foi liderada pela Grã-Bretanha, deu lugar ao que Hobsbawm chamou a era do Imperialismo e praticamente incorporou todo o globo terrestre à Economia-Mundo Capitalista.

²⁵ Por exemplo, na entrevista que concedeu ao El Clarín: <http://edant.clar>

[este enfoque] ganha realmente força com a obra de Immanuel Wallerstein” (2002, p.53). É para a contribuição de Wallerstein, que nos voltamos na próxima seção.

VI - A análise dos sistemas-mundo e a superação do nacionalismo metodológico

Se o NM toma como unidade de análise o estado/economia/sociedade nacional, o único meio para superá-lo é definir outra unidade de análise, quer dizer, o espaço relevante para estudar a mudança social. Qual seria este espaço? Em termos sumários, seria aquele onde ocorrem fenômenos que guardam relação com o objeto pesquisado. Assim procedendo, estamos adotando um critério metodológico para a escolha da unidade de análise, a qual pode ou não coincidir com as fronteiras de um determinado Estado. Aplicando este princípio ao estudo dos fenômenos econômicos, políticos e sociais do mundo moderno, facilmente constatamos que os espaços relevantes são invariavelmente supranacionais. Foi esta a conclusão a que chegou Wallerstein quando tentou superar os problemas metodológicos com que se defrontava para estudar a África pós-colonial e que o fez dar o passo metodológico necessário para superar o NM:

Foi neste momento [de obstáculos metodológicos intransponíveis] que abandonei a ideia de adoptar como unidade de análise quer o Estado soberano quer o conceito ainda mais vago de sociedade nacional. Decidi que nenhum dos dois era um sistema social e que se podia apenas falar de mudança social em sistemas sociais. Neste esquema, o único sistema social era o sistema mundial. (Wallerstein, 1974a , pg. 18)

No caso da região chamada América Latina –Brasil incluído - as mudanças relevantes começaram em 1492, como parte do processo de formação do que Immanuel Wallerstein (1998) chamou economia-mundo. Embora ocorressem aqui, as forças propulsoras destas mudanças se localizavam na Europa mas seus efeitos se faziam sentir em várias regiões do globo. Foi esta característica empírica dos processos econômicos, políticos, sociais e culturais da chamada expansão européia que levou Wallerstein(1998) a concluir que os estados nacionais não eram os espaços relevantes para estudar as mudanças em curso a partir do século XVI. Propôs a noção de economia-mundo para significar o sistema social que seria a unidade de análise relevante para o estudo da mudança social e nos quatro volumes de *The Modern World-System* descreveu a formação deste sistema desde suas origens no século XVI até 1914..

O que seria a Economia-Mundo? Simplificando diríamos que ela é formada por dois sub-sistemas: 1) o econômico, constituído pelas cadeias mercantis que se espalham por todo o globo e 2) o político, constituído pelo sistema interestatal, quer dizer pelo conjunto de jurisdições políticas que chamados de estados nacionais. Não temos tempo para nos alongarmos no processo de

formação dos dois sub-sistemas, mas vale assinalar que os dois foram – e continuam - sendo definidos simultaneamente e interativamente, não cabendo pois falar de precedência ou relevância de um sobre o outro.

Nesta ordem de idéias, o problema de pesquisa é a economia-mundo, sua gênese, formação, mudanças e perspectivas e não os estados/economia/sociedades nacionais, os quais se formam e constituem como parte da expansão da entidade maior, a economia-mundo.

Para ilustrar, vejamos um exemplo. No Brasil, no século XIX, o Estado, as atividades econômicas, as classes (e as relações entre elas) foram mudando em função dos interesses cafeeiros, que estavam espalhados por três continentes: Europa, EUA e o Brasil, onde se localizam alguns nódulos da cadeia mercantil mundial do café²⁶. Em outras palavras, os interesses dos consumidores (EUA), dos financiadores e comerciantes (Inglaterra), fornecedores de equipamentos (EUA/Inglaterra) e também dos cafeicultores (Brasil) se entrelaçavam para moldar as classes sociais, o Estado brasileiro, suas políticas, e ainda a própria adaptação da sociedade brasileira aos padrões emanados do centro da economia-mundo.

Queremos enfatizar que tal percepção só é possível se deixamos de considerar o Estado Nacional como espaço privilegiado para o estudo da mudança social, mudança comumente chamada de desenvolvimento econômico. Para tanto, o conceito de cadeia mercantil nos parece fundamental, ao permitir definir concretamente o espaço relevante. No caso do café, muito pouco se pode explicar do que acontecia no Brasil, se for ignorado que a cadeia mercantil deste produto tinha nódulos importantíssimos na Europa e nos EUA. Neste caso, como desconhecer ou minimizar as ações dos agentes econômicos e estatais destes países no estudo das mudanças no Brasil? Frequentemente, é a adoção inconsciente do NM que impede fazer esta pergunta, pois, como tentamos mostrar ao longo deste texto, geração após geração o estado/economia/sociedade nacional foi se firmando como a unidade de análise adequada para o estudo da mudança social, principalmente quanto esta mudança ganha o rótulo de desenvolvimento nacional.

Ao propor a Economia-Mundo como unidade de Análise, a Perspectiva ou Análise dos Sistemas-Mundo (ASM) pretende atacar as estruturas do conhecimento da economia-mundo capitalista, as quais em grande parte, foram sendo conformadas conjuntamente com os interesses dos estados e dos capitalistas. Neste sentido, como propõe Wallerstein (2012), a ASM é um Movimento do Saber.

VII – Considerações Finais

Procurando avançar em relação a um texto anterior (Vieira e Correa, 2007), do qual algumas partes foram aproveitadas, tentamos no presente artigo apresentar de forma mais detalhada a noção de Nacionalismo Metodológico, que nos pareceu uma expressão adequada para significar a escolha do estado/economia/sociedade nacional como unidade de análise privilegiada para o estudo da mudança social.

A criação do termo por Herminio Martins em 1974 é mais ou menos concomitante às constatações feitas por Immanuel Wallerstein mencionadas acima e que o levaram a propor que o sistema social histórico adequado para estudar a mudança social é a economia-mundo. Em ambos autores, pulsava, portanto, uma insatisfação com o estado da Sociologia. Desde então, a presença do NM em vários campos das ciências sociais vem sendo identificada e criticada, mas ao que parece muito pouco na Economia.

Partindo de afirmações sobre o da NM na Economia, procuramos mostrar a que se devia esta aplicação e constatamos que, por cerrarem fileiras com as necessidades do estado nacional e também com um certo nacionalismo, os cientistas sociais acabaram por eleger o estado/economia/sociedade nacional como espaço onde as mudanças ocorrerem e por isso devem ser estudadas. Procuramos destacar que esta eleição tem também uma forte motivação política. A participação em movimentos políticos destinados a promover a mudança levaram os cientistas sociais –tanto os defensores quanto os críticos do capitalismo – a direcionar suas energias para a conquista do Estado, de onde a mudança seria promovida. No caso da América Latina esse processo deu origem ao nacional-desenvolvimentismo. A participação no desenvolvimento nacional através principalmente da ação estatal, fez com que as elaborações teóricas inevitavelmente aderissem ao NM, como parece ter sido o caso da Escola de Campinas. Por isso, embora houvesse referências aos fatores externos, as análises acabavam privilegiando os chamados fatores internos, que estavam ao alcance da interferência estatal. Assim, os cientistas sociais latinoamericanos não podiam abandonar o estado/economia/sociedade nacional para adotar uma outra unidade de análise.

Este salto metodológico foi dado por Immanuel Wallerstein ao propor a economia-mundo como unidade de análise. Na seção VII apresentamos alguns argumentos para justificar esta escolha e sustentamos que o conceito de cadeia mercantil é um recurso para definir empiricamente a unidade de análise relevante. Na continuação da pesquisa procuraremos detalhar este e outros pontos que no presente texto foram apenas mencionados.

Referências Bibliográficas

- ARMITAGE, D. *The International Turn in Intellectual History*, disponível em: <http://scholar.harvard.edu/files/armitage/files/mcmoyrn.pdf>, 2013
- ARRIGHI, G. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- ARRIGHI, G. *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BECK, U. *Power in the Global Age- A new global political economy*. Cambridge: Polity, 2005
- BERNARDO, J. *Labirintos do Fascismo. Na Encruzilhada da Ordem e da Revolta*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2003.
- BRAUDEL, F. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*, v.1, 2ª Ed., México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- BRAUDEL, F. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*, v.2, 2ª Ed., México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- BRAUDEL, F. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV – XVIII: Os jogos da troca*. V. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV – XVIII: O Tempo do Mundo*. V. 3. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.
- CARDOSO, F.H; FALETO, E. *Dependencia e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1970.
- CHERNILO, D. Social Theory's Methodological Nationalism: Myths and Reality, *European Journal of Social Theory*, 9(1):5-22, 2006.
- _____. *Methodological Nationalism: Theory and History*, Annual Conference of the International Association of Critical Realism, King's College, London, July 2008
- CHESNAIS, F. "A nova economia: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense". In: CHESNAIS, F. [et al]. *Uma nova fase do Capitalismo?*. São Paulo: Xamã, 2003.
- DOS SANTOS, T. "World Economic System: on the genesis of a concept". *Journal of World-Systems Research*. VI, 2, Summer/Fall, 2000.
- DOS SANTOS, T. *La teoría de la dependencia. Balances y perspectivas*. México: Plaza y Janés, 2002.
- ESCOBAR, A. *La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo*, Santafé de Bogotá: Norma, 2007.
- FIORI, J.L. (org) *Estado e moeda no desenvolvimento das nações*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- _____. (Org) *O Poder Americano*, Petrópolis, RJ: 2004.

- FURTADO, C. *BRASIL: a construção interrompida*. 2ªEd. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 25ªEd. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.
- GOIG, RAMÓN LLOPIS. *El “nacionalismo metodológico” como obstáculo epistemológico en la investigación sociológica sobre migraciones internacionales*. EMPIRIA.Revista de Metodologia en Ciencias Sociales, no.13, enero-junio, 2007, pp.101-117 .ISSN 1139-5737.
- GORE, CHARLES. *Methodological Nationalism and the Misunderstanding of East Asian Industrialisation*. The European Journal of Development Research, Volume 8, Issue 1, 1996, pp.77-122.
- HOBBSBAWM, E.J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. *A era dos extermos: o breve século XX: 1914-1991*. 2ªEd. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LIST, GEORG FRIEDRICH. *Sistema Nacional de Economia Política; apresentação de Cristovam Buarque; tradução de Luiz João Baraúna*. São Paulo:Abril Cultural, 1983.
- MARINI, R.M. *Subdesarrollo y Revolución*, México: Siglo XXI Editores, 1985.
- MARTINS, H. Ideology and Development: ‘Developmental Nationalism’ in Brazil. In The Sociological Review Monograph, 11, Edited by Paul Halmos, Keele:Keele University, 1967.
- _____. Time and History in Sociology, in J.Rex (ed) Approaches to Sociology, An Introduction to major trends in British sociology, Routledge & Keagan Paul, London: 1974.
- MARX, K.. *O capital: crítica da economia política: livro I, vol. 1, 18. ed.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MARX, K. *Introducción general a la crítica de la Economía Política / 1857*. México: Siglo XXI Editores, 2004
- MASEFIELD, G.B.“Crops and livestock”. *Cambridge Economic History of Europe*, IV. *The economic of expanding Europe in the 16th and 17th centuries*. E.E.Rich e C.H.Wilson Eds. London. New York: Cambridge University Press, 1967.
- MEDEIROS, CARLOS AGUIAR DE. *Instituições e desenvolvimento econômico: uma nota crítica ao “nacionalismo metodológico*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 637-645, dez. 2010
- MELLO, J. M. C. de. *O Capitalismo Tardio*. 8ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PREBISCH, R. *El desarrollo economic de América Latina y algunos de sus principales problemas*. Santiago/Chile: Organização das Nações Unidas/CEPAL, 1949 disponível em http://prebisch.cepal.org/sites/default/files/2013/prebisch_el_desarrollo_eco.pdf

SANTOS, Fabio Padua dos. Crise e(m) desenvolvimento:a contribuição da escola de Campinas. 2012. 134 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000857178>.

SMITH, A. *Nationalism in the Twentieth Century*. New York: New York University Press, 1979.

TILLY, C. *Coerção, Capital e Estados Europeus, 990-1992*. São Paulo:Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

TROTSKI, L. *A revolução permanente*. 2ª. Ed. São Paulo: Kairós, 1985.

VIEIRA, P. A.. *Uma crítica ao conceito de dependência a partir do conceito de economia-mundo*, In: *Revista Cadernos de Economia*, nº 15, julho/dezembro de 2004.

VIEIRA, P.A., FILOMENO, F.A., VIEIRA, R. de L. (Org) *O Brasil e o Capitalismo Histórico-Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo*, São Paulo:Cultura Acadêmica, 2012 (No Prelo)

VIEIRA, R.de L. *A cadeia mercantil do café produzido no Brasil entre 1830 e 1929*, in Vieira, P.A., Filomeno, Vieira, R. de L. (Org) *O Brasil e o Capitalismo Histórico-Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo*, São Paulo:Cultura Acadêmica, 2012 (No Prelo), pg. 267-298.

WALLERSTEIN, I.. *El Moderno Sistema Mundial*. Vol. 1, 9ª Ed. México: Siglo Veintiuno editores, 1990.

WALLERSTEIN, I.. *Impensar las ciencias sociales*. México: Siglo Veintiuno editores, 1998.

WALLERSTEIN, I.. *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo européia no século XVI*. Vol 1. Lisboa: Edições Afrontamento, 1974a.

WALLERSTEIN, I.. *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo européia no século XVI*. Vol 2. Lisboa: Edições Afrontamento, 1974b.

WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System IV – Centrist Liberalismo Triumphant, 1789-1914*, Berkeley/Los Angeles/London:University of California Press, 2011.

WALLERSTEIN, I. *A Análise dos Sistemas-Mundo como Movimento do Saber*, in Vieira, P.A., Filomeno, F.A., Vieira, R. de L. (Org) *O Brasil e o Capitalismo Histórico-Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo*, São Paulo:Cultura Acadêmica, 2012 (No Prelo), pg.19-30.

WIMMER, A. e SCHILLER, N.G. *Methodological nationalism and beyond:nation-state building, migration and social sciences*, *Global Networks*, 2, 4(2002), pg.301-334.